TL 6120

C D P M

COMISSÃO PARA OS DIREITOS
DO POVO MAUBERE

Exm°. Senhor Presidente

Todos estamos conscientes de que este é um dos momentos mais graves e de maior responsabilidade para Portugal e para a comunidade internacional face ao presente e ao futuro do povo de Timor-Leste.

A luta pelo poder na Indonésia está a atingir o auge, no quadro de um regime que não mudou. Timor-Leste foi escolhido como um dos seus palcos privilegiados: reconhecendo o povo como inimigo e o território como estranho, opta-se por uma política de terra queimada com o objectivo de conseguir que a "27ª província" não se separe de Jacarta e de provar que as ABRI são insubstituíveis como garantes da "unidade nacional". De acordo com esta visão, em Timor-Leste joga-se simultaneamente o futuro político e constitucional do país e o papel das Forças Armadas nesse contexto.

Desde o final do ano passado que se assiste a uma estratégia sustentada e em crescendo de armamento de civis, criação deliberada do caos económico e social, provocação e intimidação da população, execuções sumárias. As ABRI, cujos efectivos o poder político se tinha comprometido perante a comunidade internacional, desde Agosto de 1998, a ir retirando progressivamente do território, são as principais instigadoras e responsáveis pela direcção destes acontecimentos. No entanto, não se pode fazer uma distinção simplista entre "militares" e "civis": assim como Ali Alatas e Magawati Soekarnoputri são exemplos de alianças com as forças que não admitem a mudança de estatuto de Timor-Leste, também há sectores das Forças Armadas que reconhecem a vantagem para o país de criar condições para que o destino dos timorenses seja da sua livre responsabilidade.

As negociações têm representado um papel paralelo a esta estratégia e pode fazer-se deste facto duas interpretações: ou o processo sob os auspícios das Nações Unidas é uma forma de ganhar tempo na arena internacional, de modo a garantir o apoio económico vital para Jacarta e a distrair as atenções da comunidade internacional da montagem do sistema de agressão em Timor-Leste (veja-se como foi eficaz na actual sessão da Comissão dos Direitos Humanos em Genebra), ou uma parte do regime não controla a outra parte do regime. Neste caso, quem tem ditado as regras são aqueles que não desistem de matar e pilhar impunemente o povo timorense. De tal modo que as milícias realizam o seu primeiro grande ataque a Díli, sob a complacência das autoridades civis e militares (que assistem à parada em frente ao palácio do gubernur), no momento em que se encontra na cidade o ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês.

Jacarta não tem cumprido aquilo a que internacionalmente se compromete. O valor dos compromissos internacionais não tem o mesmo peso para todas as partes - isso está mais do que provado. Os pequenos passos entretanto dados (passagem de Xanana Gusmão para a prisão domiciliaria de Salemba, libertação - por vezes condicionada - de alguns presos políticos, troca das secções de interesse, acordo entre as agências de notícias nacionais) só tiveram lugar sob uma forte e contínua pressão internacional. Mas nenhuma destas medidas impediu a concretização da montagem do sistema de agressão e da escalada da violência e do caos no território.

Se o objectivo a curto prazo pode ser o de provocar a ruptura do processo negocial e de impedir a assinatura do famoso acordo que abrirá as portas a uma presença permanente da ONU no território, é evidente que o objectivo final é o de conseguir a reafirmação da integração de Timor-Leste na Indonésia, através de dois possíveis expedientes: ou a anulação da possibilidade de consulta aos timorenses - criando condições tais que não permitam a sua realização em tempo útil - ou a sua total manipulação - obrigando um povo que há 23 anos faz face a práticas permanentes de genocídio a alterar o seu sentido de voto. Num outro tempo, com outros contornos, o modelo de integração da Papua Ocidental na Indonésia, reconhecido pela comunidade internacional, é actualizado.

Rua Pinheiro Chagas, 77 - 3.º Esq. • 1050 Lisboa • Portugal • Tel.: 352 87 18 • Fax: 353 40 09 • E-mail: cdpm@gn.apc.org

Para os que dizem (ou pensam) que esta análise é pessimista e derrotista, esperamos que se lembrem que há bem pouco tempo consideravam que a abertura era um facto sem retorno e que cenários como os dos massacres das últimas semanas não seriam possíveis. Mais de 30 anos de poder centralizador, ditatorial e colonial não se apagam como um fósforo. Enquanto os timorenses chamavam a atenção para as condições que se estavam a urdir no território, os diplomatas fixavam-se em declarações e papéis, subestimando os sinais de alarme. Mas agora o fogo está também em nossa casa, porque a comunidade internacional e Portugal em particular, são responsáveis pela estratégia que escolhem para enfrentar uma situação deliberadamente construída e alimentada que ninguém pode desconhecer ou negar. Desta vez, há provas documentais e testemunhais disponíveis e indesmentíveis.

A guerra na Europa criou novas exigências à comunidade internacional: trata-se de não deixar impunes crimes da mesma natureza.

Negociar é fundamental mas não basta, quando sabemos que a realidade ultrapassa largamente a ficção dos compromissos apostos no papel. Se o acordo que se espera fôr assinado esta semana, a sua concretização vai ser outra dura batalha. Mas também pode acontecer, e as últimas declarações do general Wiranto quanto à presença das Nações Unidas em Timor-Leste vão nesse sentido, que a Indonésia recue face ao que tinha deixado entender verbalmente.

O objectivo central de Portugal e da comunidade internacional tem de continuar a ser o exercício, **em condições de liberdade e segurança**, do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste. **Que não se caia na tentação** de realizar um processo em condições que possam alterar a expressão da vontade dos timorenses - e lembremo-nos sempre, em todas as análises que fizermos, que quem vota e quem enfrenta as represálias dos assassinos são eles, não nós; que os timorenses nem sequer têm países de asilo onde possam refugiar-se; que quem tem hoje de decidir dar a sua vida já deu, durante 23 anos, a dos seus filhos, pais, netos, avós; que ninguém tem o direito de pedir aos timorenses que sacrifiquem uma vez mais a sua existência pessoal e como povo e nação. Retiremos algumas consequências do facto de Díli ter neste momento, em frente de cada casa, uma bandeira *merah puti* - quem faria de outra maneira?

No cenário a que se chegou, a presença das Nações Unidas é indispensável. Mas já não chega uma força policial, nem muito menos um grupo de observadores. É preciso **uma força militar, com mandato internacional**. O Conselho de Segurança tem de reunir muito rapidamente e autorizar a formação e envio das unidades necessárias. Portugal tem de se dispôr a sustentar financeiramente uma parte significativa da operação, e conseguir aliados que colaborem nesse esforço.

A nossa conclusão, senhor Pesidente, é que é preciso negociar e, ao mesmo tempo, pressionar enormemente e sem descanso. Jacarta jamais cederá perante a "simples" assinatura de um acordo político, ainda que tenha por testemunha a comunidade internacional. Está provado que a Indonésia só reage sob pressão, por isso tem de sofrer **sanções** sérias e de resultados muito palpáveis quando não cumprir - e o tempo até Junho/Julho é muito curto, a actuação tem de ser imediata.

Queira aceitar, senhor Presidente, os nossos melhores cumprimentos.

Luís Tadeu Ribeiro

Lisboa, 19 de Abril de 1999